Anais do II Simpósio Internacional Pensar e Repensar a América Latina
ISBN: 978-85-7205-159-0

Colonialidade do saber e integração latino-americana: considerações sobre possibilidades de resistência epistêmica

Colonialidad del saber e integración latinoamericana: consideraciones sobre posibilidades de resistencia epistémica

Virginia Santiago dos Santos Góes[1]
Mestranda do Programa de Pós-graduação em Integração Contemporânea da América Latina,
Universidade Federal da Integração Latino-americana (UNILA)
virginiassgoes@gmail.com

Resumo

Este trabalho tem como tema central a colonialidade do saber e a geopolítica do conhecimento na América Latina e suas relações com a integração regional. Busca-se responder aos seguintes questionamentos: Quais as peculiaridades da colonialidade latino-americana e como ela se relaciona com os saberes alternativos à lógica científica moderna? Qual o papel da colonialidade do saber e da geopolítica do conhecimento nos processos de integração da América Latina? Quer-se compreender de que forma a colonialidade do saber se relaciona com a integração regional e as possibilidades e dificuldades de criação de estratégias de resistência epistêmica. Almeja-se, deste modo, estudar a colonialidade do saber e a geopolítica do conhecimento como processos/eixos da modernidade/colonialidade para entender como se relacionam na integração latino-americana.

Palavras-chave: colonialidade do saber; integração regional; resistência epistêmica; pensamento decolonial.

Resumen

Este trabajo tiene como tema central la colonialidad del saber y la geopolítica del conocimiento en América Latina y sus relaciones con la integración regional. Se busca responder a los siguientes cuestionamientos: ¿Cuales las peculiaridades de la colonialidad latinoamericana y como ella se relaciona con los saberes alternativos a la lógica científica moderna? Cual el papel de la colonialidad del saber y de la geopolítica del conocimiento en los procesos de integración de América Latina? Se quiere comprender de que forma la colonialidad del saber se relaciona con la integración regional y las posibilidades y dificultades de creación de estrategias de resistencia epistémica. Se pretende, de este modo, estudiar la colonialidad del saber y la geopolítica del conocimiento como procesos/ejes de la modernidad/colonialidad para entender como se relacionan en la integración latinoamericana.

1 Graduada em Relações Internacionais pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, campus de Franca. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

ISBN: 978-85-7205-159-0

Palabras clave: colonialidad del saber; integración regional; resistencia epistémica; pensamiento decolonial.

Introdução

O tema da integração da América Latina perpassa diferentes aspectos e vem sendo analisado sob variadas perspectivas. Atravessando áreas tais como economia, política, segurança e cultura, para citar algumas dentre as plurais possibilidades de análise, ainda verifica-se uma segmentação disciplinar nos processos de integração. Se faz superficial a compreensão deste tema se desconsiderados os aspectos basilares das condições materiais e simbólicas que vive a região, aqui identificados como diretamente relacionados à colonialidade, a face oculta da modernidade. Assim sendo, o presente trabalho é proposto como interlocutor conceitual para a problematização da integração regional, visualizando a necessidade de análises que ressaltem o entrelaçamento de diferentes aspectos da(s) realidade(s) latino-americana(s) a partir do fio condutor da colonialidade do saber, especialmente quanto à geopolítica do conhecimento, cuja compreensão se faz essencial para a construção da integração regional *desde abajo*, que parta das pluralidades e das resistências de nossos povos.

Neste sentido, a interlocução se dará a partir de alguns eixos centrais, conectados entre si. O primeiro será o de destacar a colonialidade como processo fulcral para a construção da América Latina e presente nos dias de hoje através de diferentes mecanismos. O segundo momento focará nas ideias e formulações sobre a América Latina e como elas estão relacionadas com a materialidade das condições da região. O terceiro e último ponto tratá o debate acerca da colonialidade do saber e da geopolítica do conhecimento e indagações sobre como podemos pensar a integração latino-americana a partir da identificação das estruturas de nomeação presentes nas esferas do saber.

Primeiramente, propomos um exercício simbólico, mas que nos ajudará a melhor visualizar os aspectos aqui levantados. Imaginemos o mapa *mundi*, aquele construto europeu de alcance imagético extensivo. Nele, os territórios se conformam a partir de uma lógica pré-determinada desde um contexto específico e de uma voz que fala e nomeia o que vê externamente a si. Agora visualizemos algo distinto. Uma esfera irregular, cheia de fissuras e que, ao nos aproximarmos, revela-se um novelo com múltiplas pontas aparentes e que se sobrepõem com forças distintas. Um desses fios consideramos ser o da colonialidade, e que estrutura mecanismos materiais e simbólicos de estabelecimento e manutenção da modernidade como projeto civilizatório. Este é nosso eixo central no presente trabalho e conectará nossas inquietações conceituais acerca da integração latino-americana.

ISBN: 978-85-7205-159-0

A colonialidade como face oculta da modernidade

Compartilhamos da ideia de que a colonialidade é a face oculta da modernidade (MIGNOLO, 2011) devido à sua importância no delineamento de um posicionamento crítico.

Segundo Walter Mignolo

> [...] *"Colonialidad" es un concepto maleable que opera a varios niveles. En un nivel, es una expresión abreviada de "matriz colonial de poder" que Quijano bautizó con el nombre de "patrón colonial de poder." Ambas expresiones son válidas. Por otra parte, "colonialidad" pone al descubierto el lado oscuro de "modernidad." Esto es, desde la perspectiva introducida en el vuelco de la geopolítica del conocimiento, mirando a Europa desde América del Sur y el Caribe, desde la perspectiva de los y las Native Americans (americanos nativos) en Estados Unidos, de los latinos y latinas, de afroamericanos y afroamericanas [...], no hay, no puede haber modernidad sin colonialidad. […] Y en tercer lugar, "colonialidad" designa historias, subjetividades, formas de vida, saberes y subjetividades colonizados, a partir de las cuales surgen las respuestas "descoloniales." De manera que si, por un lado, colonialidad es la cara invisible de modernidad es también, por otro lado, la energía que genera la descolonialidad. Así, el par modernidad/colonialidad apunta a la co-existencia de la retórica salvacionista de la modernidad y la lógica de explotación, control, manipulación, fuerza necesaria para avanzar los proyectos salvacionistas modernos (conversión, civilización, desarrollo y modernización, democracia y mercado).* (2008, p. 9-10).

Diversas são as críticas à modernidade, especialmente quando esta é entendida como projeto de alcance global e consequências locais. Assume-se a modernidade como um processo em constante contradição. Diferenciamos esta concepção daquela que a considera como um período iniciado na Europa com o Iluminismo. Aqui parte-se da reflexão de que o contato com o diferente foi essencial para o estabelecimento da modernidade como sistema-mundo vigente e, portanto, podemos falar em modernidade/colonialidade.

A modernidade/colonialidade, no entanto, se faz como um trançado de fios de relações que transcendem a materialidade da exploração. Se formula e se estrutura como sistema-mundo especialmente por sua face simbólico-discursiva. É neste sentido que necessitamos abordar a cultura, uma vez que vai permear as relações humanas, ser conceitualizada, definida, redefinida a partir desse contato. Quando a ideia de um ser pensante, elemento basilar da modernidade, começa a ser construída, faz-se essencial a criação binária de um "outro não pensante". Essa formulação binária foi determinante para a consolidação da modernidade e a nomeada "América" serviu como o "outro" para afirmação da ideia de homem moderno.

ISBN: 978-85-7205-159-0

Com os relatos dos primeiros viajantes se pode perceber como o "outro", desconhecido do mundo europeu, abala a cosmovisão de quem o encontra simplesmente por existir, pois desafia a noção de universalidade de ser, pensar, sentir, ver o mundo. É por esse motivo que, ao mesmo tempo é violentado materialmente e objetificado nos estudos que se desenvolverão nesse período. A própria existência de formas "outras" de existir no mundo pode ser considerada como um giro epistemológico nesse primeiro momento, uma vez que foge da categorização europeia. É por isso que a dominação se faz material e epistemicamente. Este contato com o "outro" vai ser um desafio à racionalidade europeia, mas também vai servir de plano de fundo para fundamentações de reafirmação dessa racionalidade, à medida que o europeu se posiciona no centro da narrativa histórica e se considerará detentor do poder de nomeação sobre o outro.

> Se se entende que a Modernidade da Europa será a operação das possibilidades que se abrem por sua centralidade na História Mundial, e a constituição de todas as outras culturas como sua periferia, poder-se-á compreender que, ainda que toda cultura seja etnocêntrica, o etnocentrismo europeu moderno é o único que pode pretender identificar-se com a universalidade-mundialidade. O eurocentrismo da Modernidade é exatamente a confusão entre a universalidade abstrata com a mundialidade concreta hegemonizada pela Europa como centro. (DUSSEL, 2005, p. 28).

Essa hegemonização da história europeia, ou melhor, do relato europeu sobre a história, e a consequente *periferização,* marginalização das histórias locais colonizadas (MIGNOLO, 2003) se fez instrumento importante para o projeto da modernidade, reafirmando sua pretensão universalista. Podemos considerar essa hegemonização e centralidade europeia como um dos primeiros reflexos do caráter epistêmico da modernidade a nível mundial e com forte peso na atualidade.

Por isso que consideramos a narrativa histórica eurocêntrica indissociável do plano cultural, pois história e cultura serão construtos do mesmo processo de encontro com o diferente. Neste sentido, a colonialidade, processo transversal e complexo, não é o foco da modernidade, que cria diferentes discursos com intento justificador, mas é a chave para a dominação material dessas localidades.

O pensar a modernidade através das lentes da colonialidade (ESCOBAR, 2003, p. 59) representa uma ressignificação do que se entende globalmente por Ocidente e Oriente, Norte e Sul. Essa ressignificação nos confere aqui um potencial importante de desconstrução do paradigma totalizante e universalizador da história, o qual posiciona como eixo fundacional do mundo a Europa e sua história local, considerada representativa do todo.

Para Arturo Escobar

> *La modernidad, por supuesto, no ha logrado la construcción de una realidad total, sino*

ISBN: 978-85-7205-159-0

> *que ha llevado a cabo un proyecto totalizante orientado hacia la purificación de los órdenes – separación entre nosotros y ellos, naturaleza y cultura --, aunque inevitablemente sólo ha producido en el proceso híbridos de estos opuestos* […]. (2003, p. 56-57).

Essa tentativa de eurocentrização do mundo se faz questionar pelas propostas de descolonização, especialmente aquelas cujas raízes estão na identificação de histórias não hegemônicas como igualmente significativas para a constituição do sistema internacional, aqui não mais considerado algo estático em si mesmo e dependente apenas dos Estados-nação, mas sim um plano de formações discursivas composto por diferentes atores.

Primeiramente essa nomeação se dá atrelada ao questionamento da existência de humanidade no diferente, denotando uma relação com o conceito de "civilização", que se oporá ao de "barbárie". Essa oposição binária guiará de diferentes formas a construção do imaginário ocidental sobre esse diferente. "Bom" e "mau" selvagem são apenas dois dos variados olhares sobre o "outro", quem posteriormente será analisado e nomeado por um conjunto de critérios e metodologias construídas em nome de uma validação desse "nomear", mas que continuam a centrar o "outro" como objeto.

Immanuel Wallerstein, partindo de uma análise de repetição histórica, define o sistema-mundo moderno como o primeiro organizado e hábil a consolidar a si próprio como uma economia mundial capitalista, especialmente por sua estruturação de acúmulo de capital e pela divisão social do trabalho (WALLERSTEIN, 1996, p. 87). Ao mesmo tempo, o sistema mundial moderno é composto por Estados, que exerceriam suposta soberania internamente e que, externamente formariam o sistema interestatal. Essa face política do sistema moderno, é portanto, o único que garante a eficiência do "mercado parcialmente livre", pois assegura a estrutura laboral essencial ao capitalismo. Neste sentido, podemos apontar o Estado-nação como moderno e capitalista, características que, junto à colonialidade, o vão estruturar e causar suas próprias contradições internas.

Com base na identificação dos elementos apontados anteriormente, pode-se refletir sobre o lugar do Estado-nação na lógica do sistema-mundo moderno colonial, uma vez que nasce atrelado ao conceito de cultura. Assim, para realizarmos uma análise apropriada do Estado, se faz necessária a relativização de seus conceitos justificadores, aqueles cristalizados e naturalizados pelas ciências sociais hegemônicas. Nos centraremos especialmente no conceito de "estado de natureza" do homem, imensamente defendido como explicação primeira para a necessidade de criação de um poder soberano institucional.

Neste caminho analítico, a autora Beate Jahn (2003) nos auxilia ao destacar que o estado de

ISBN: 978-85-7205-159-0

natureza é a justificativa central para a criação do Estado moderno e da propriedade privada. Quando Hobbes defende a necessidade de um poder soberano para regular o confronto entre os indivíduos, o que faz é naturalizar características e passá-las de mito para fato. No entanto, sua formulação só se faz possível porque a colonialidade já havia delimitado o "diferente" como a exemplificação do estado de natureza. O estado de natureza também perpassará intelectuais como Rousseau, ainda atrelado à ideia de "bom selvagem", entre outros, permanecendo como base do pensamento político ocidental. O conceito de "estado de natureza" deve ser entendido, então, como um construto, um conceito relacionado a intencionalidades e que foi cristalizado e utilizado de mote para a criação do Estado-nação.

O que podemos identificar é que a formulação da política baseia-se antes de tudo na essencialidade da diferença. O discurso sobre o outro invadido e conquistado do qual comentamos também serviu como ponto de apoio para a própria construção conceitual e implementação do Estado-nação.

Aprofundando esta análise, podemos considerar que a própria ideia de cultura surge atrelada à formulação do Estado-nação, comprometida com este projeto político, especialmente por ser fundamental na construção da ideia de identidade nacional, que forja um discurso de suposta manutenção da soberania interna e inserção internacional. Portanto, a síntese homogeneizadora da modernidade como unidade formalizada de organização social se encontra no Estado-nação. É devido ao caráter monovalente do Estado que as diferenças se apresentam como desafio à sua lógica. Gestado, desenvolvido e estruturado na modernidade, o Estado reproduz em seu interior as contradições do sistema-mundo moderno/colonial/capitalista/patriarcal. Essas contradições internas muitas vezes remetem à subalternização de realidades tanto material como discursivamente. Essa lógica do sistema-mundo moderno/colonial não é somente válida para análise dos conflitos entre cosmovisões localizadas em espaços distantes entre si, mas inclusive sobre realidades internas aos Estados nacionais.

Esta configuração do Estado-nação moderno também vai se diferenciar respondendo à dinâmica da colonialidade, por exemplo com a formulação da ideia de mestiçagem cultural como chave para o Estado na América Latina.

Ao longo do tempo, as localidades colonizadas foram (e continuam) impactadas pelos efeitos diretos da estrutura moderna do sistema-mundo. Sob diferentes discursos, sendo a universalização dos direitos humanos ocidentais um dos mais destacados na contemporaneidade, o impacto se traduz em intervencionismo. A suposta autonomia em âmbito interno é, neste sentido, relativizada para as

ISBN: 978-85-7205-159-0

localidades do "Sul" global em nome de um "imperialismo moral" (SEGATO, 2007) que desconsidera as especificidades. No entanto, esta contradição própria da modernidade não se revela apenas nas relações interestatais. No nível interno dos Estados, percebemos um processo complexo que se manifesta ou em tentativa de homogeneização ou em apropriação apenas discursiva das diferenças relativas aos grupos historicamente subjugados. Esse movimento não somente realça as contradições próprias do Estado-nação, como gera diferentes reações na contemporaneidade.

Como veremos no decorrer deste trabalho, o Estado-nação como projeto moderno e colonial se faz essencial na análise sobre a integração latino-americana, pois diferentes iniciativas de institucionalizar a integração perpassarão as dinâmicas estatais. Este será um dos problemas centrais dos projetos de integração interestatais, uma vez que o Estado-nação reproduz a modernidade em nível interno e isso transborda ao nível externo de relações entre partes.

América Latina como nomeação

Ao partirmos da consideração de que a colonialidade é o lado escondido da modernidade, destacamos não somente a violência direta como estruturante do sistema-mundo moderno, mas também, e igualmente essencial para este, a violência epistêmica, reveladora dos contextos, intencionalidades e alcances dos discursos. No conjunto de relações imbricadas na colonialidade, a nomeação do "outro" mencionada anteriormente revela-se fundacional das "regiões". Como bem aponta Walter Mignolo

> […] *ni los chinos, ni los indios, ni los amerindios, ni los africanos se ven en realidad, como africanos, asiáticos o americanos. Son vistos así por y desde un lugar de enunciación (que se autodefine) europeo en el proceso de constituirse Europa como tal. Es decir, la epistemología se constituyó como lugar geográfico y como lugar de enunciación. Lo cual quiere decir, como lugar epistémico de enunciación*. (2001, p. 23).

A nomeação do diferente extrapola o nível individual, perpassa as coletividades e alcança territorialidades "outras". As regiões como conhecemos hoje são, sob esta perspectiva, definidas a partir do processo de autodefinição europeu, ou seja, a Europa necessitou nomear o diferente também em nível territorial para se construir epistemicamente como região. Neste sentido, nomear outras regiões foi essencial para a Europa colocar-se como centro do sistema-mundo.

A América Latina é parte deste processo discursivo. Para Carlos Walter Porto-Gonçalves e Pedro de Araújo Quental

> […] o conceito de América Latina foi formulado e acionado como estratégia de controle e demarcação de formas particulares de se compreender e dizer o que é mundo e, portanto,

ISBN: 978-85-7205-159-0

> mais como recurso de práticas sociais e de poder do que como simples forma de analisar e identificar um recorte de área específico. (2012, p. 296).

Não somente os nomes são fruto da colonialidade do sistema-mundo, como também o são as diferentes categorizações evolutivas como "Desenvolvido/subdesenvolvido", "Velho/Novo mundo", reveladoras das separações mecanicistas que a modernidade necessita para considerar o tempo como total, unitário, unidirecionado e linear. Sob esta perspectiva, podemos falar em uma operação epistêmica de dupla colonização, a do tempo e do espaço (MIGNOLO, 2001, p. 25). Ao categorizar territorialidades segundo uma lógica espaço-temporal específica, as nomeações próprias como Abya Yala, Tawantinsuyu e Anahuac (PORTO-GONÇALVES; QUENTAL, 2012, p. 296) se viram negligenciadas.

Compreender as nuances permeadoras de formulações e ideias sobre o que considera-se América Latina tem uma importância fulcral na resistência *desde abajo*, pois nos permite verificar os mecanismos hegemônicos estruturantes da modernidade/colonialidade.

Importante se faz destacar que a nomeação hegemônica carrega em si mesma a definição de sua face excludente, o que nos permite resistir identificando esta face e escancarando-a. Assim, "[...] o nativo constrói sua alteridade segundo o modo em que retruca, de um lugar subalterno, o olhar do colonizador sobre si." (CARVALHO, 2001, p. 111). Deste modo, as resistências se fazem mais fortes quando identificam as formas de nomeação exógenas e mesmo quando se apropriam delas como forma de escancarar outros mundos possíveis. Em síntese, a América Latina serve ao propósito de resistência, se apropriada de forma crítica, contra-hegemônica e a partir da identificação de suas pluralidades discursivas que não correspondem à lógica estadocêntrica, considerando as trajetórias múltiplas, de espaços-tempos próprios e nomeações existentes antes do estabelecimento da colonialidade.

Colonialidade do saber e a integração regional

Tendo em vista o abordado previamente, faz-se necessária a análise sobre os aspectos mais relacionados à colonialidade do saber para adentrarmos mais especificamente no tema da integração regional.

Partimos da consideração de que a colonialidade do saber "[…] no sólo estableció el eurocentrismo como perspectiva única de conocimiento, sino que al mismo tiempo descartó por completo la producción intelectual indígena y afro como 'conocimiento' y, consecuentemente, su capacidad intelectual." (WALSH, 2007, p. 104). Esse "descarte" dos conhecimentos indígenas e afros em primeira

ISBN: 978-85-7205-159-0

instância, pode ser verificado também para com outros grupos marginalizados, tais como campesinos, mulheres, populações periféricas das grandes urbes, o que exemplifica diferentes classificações modernas, seja a social, a cultural, étnica, de gênero, de sexualidade, de cosmologia.

Como as dimensões da colonialidade – do poder, do saber, do ser, da natureza, de gênero, para citar algumas – se relacionam, identifica-se que os conhecimentos/saberes negligenciados são respectivos aos seres mais marginalizados pelos elementos de suas culturas e da sua cosmologia e relação com o meio. Assim, partiremos deste conjunto de colonialidades para analisar quais são as características mais marcantes da colonialidade do saber, e, para tanto, identificamos a necessidade de problematizar a concepção moderna e colonial de ciência.

Boaventura de Sousa Santos (2007, p. 27), ao abordar a racionalidade ocidental, aponta que "vivemos em um conhecimento preguiçoso, que é, por natureza, um conhecimento dicotômico: homem/mulher, norte/sul, cultura/natureza, branco/negro. São dicotomias que parecem simétricas mas sabemos que escondem diferenças e hierarquias.". Esse modelo binário é um dos mecanismos de classificação formulados pela modernidade/colonialidade e se encontra em diferentes esferas da vida social. A ciência moderna é uma dessas esferas e foi edificada sob tais concepções hierarquizantes que se encaixam muito bem aos propósitos de superação das realidades colonizadas para edificação de estruturas materiais de controle político e econômico. Os sistemas representacionais do "outro", segundo Santiago Castro-Gómez (2005), possuem o imaginário e a materialidade, ou seja, não permanecem somente nos símbolos, mas são concretizados em projetos como "[…] a escola, a lei, o Estado, as prisões, os hospitais e as ciências sociais." (CASTRO-GÓMEZ, 2005, p. 82). Para o autor, essa relação revela o projeto da modernidade como uma violência epistêmica, pois formata um modelo de civilidade, de comportamento, de mentalidade, excluindo outros saberes que não se enquadram à perspectiva moderna de ciência.

O conhecimento não é, pois, inocente, mas sim profundamente conectado às operações de poder (LOOMBA, 1998). Por não ser inocente, ou seja, por carregar intencionalidades, o conhecimento pode legitimar ou questionar o *status quo*. Assim, a modernidade/colonialidade se utiliza de seu pilar científico para justificar a desqualificação de conhecimentos que não se enquadram ao status de ciência – defendida como neutra, universal e global/não local –, o que traz à tona essas diferenças e hierarquias resultantes das relações de poder. Assim, a experiência colonial foi utilizada como legitimadora do pretendido caráter universal da ciência moderna e de todo seu arcabouço epistemológico e discursivo. Ao conceber como único caminho a cosmovisão liberal moderna, são excluídas do campo ontológico outras cosmovisões, as quais não se enquadram na linearidade histórica buscada pela modernidade, o que concentra tais

ISBN: 978-85-7205-159-0

experiências sob a categoria de culturas tradicionais ou ancestrais, deixando de considerá-las parte da experiência contemporânea (LANDER, 2005, p. 14-15).

Visto deste modo, os conhecimentos dos sujeitos e culturas colonizados são parte integrante deste "epistemicídio" (SANTOS, 2007), uma vez que ao descredibilizar tais saberes alternativos, esse mecanismo acaba por descredibilizar também "[...] os povos, os grupos sociais cujas práticas são construídas nesses conhecimentos alternativos." (SANTOS, 2007, p. 29). Ou seja, marginalizar conhecimentos significa fazer o mesmo com quem os constrói: os sujeitos e coletividades enunciadores.

Tendo abordado a colonialidade do saber, nos surgem algumas inquietações relacionadas aos espaços colonizados. Assim, o conceito de geopolítica do conhecimento agrega outros elementos auxiliadores na compreensão dos mecanismos epistêmicos do sistema-mundo moderno/colonial. Precisamos compreender as epistemologias como geopoliticamente situadas e dotadas de relações de poder que são coloniais (QUIJANO, 2001), detentoras de assimetrias profundamente enraizadas ao longo das experiências históricas, e correspondente também ao estabelecimento do capitalismo como um dos eixos da modernidade, pois está entrelaçado às dinâmicas epistêmicas de poder.

Segundo Walter Mignolo (2001, p. 26) "la geopolítica del conocimiento, como la palabra lo indica, apunta hacia una ordenación espacial más que temporal (o, si se quiere, espacio-temporal) del conocimiento." Esta dinâmica permeia não somente a produção do conhecimento, mas a disseminação do mesmo, a formação de redes de compartilhamento respectivas a localidades específicas, que muitas vezes não correspondem à multiplicidade de perspectivas ao redor do globo.

Com base neste caminho analítico, qual a relação da geopolítica do conhecimento e da colonialidade do saber com a integração? Isso influenciou e influencia os processos de integração na América Latina? Como integrar se há assimetrias coloniais de poder?

Primeiramente, a geopolítica do conhecimento permeia a integração latino-americana devido às formulações conceituais utilizadas nos projetos de integração institucional e paralelamente porque estamos inseridos como localidades na estrutura do sistema internacional. As intencionalidades de nos integrarmos transitam entre a contraposição a este sistema e a reafirmação do mesmo, já que há diferentes perspectivas norteadoras da integração e disputas conceituais ao redor desta.

A institucionalização da integração latino-americana pelos Estados nacionais precisa ser questionada com base nas assimetrias internas que estes causam em suas realidades cotidianas e que acabam por reafirmar as lógicas de homogeneização e hierarquização modernas que perpassam também a

ISBN: 978-85-7205-159-0

geopolítica do conhecimento. A integração é permeada por um conjunto de práticas de significação, nuances epistêmicas que conformam a pluralidade do que se pretende integrar ou já se integrou autonomamente. Estevão Rezende Martins contribui ao nosso debate ao apontar que

> Ideias são a força motriz do processo cultural que dá consistência (ou resistência, ou ambas) à afirmação de indivíduos ou grupos na realidade histórica das sociedades. [...] Entendidas de modo estritamente formal, ideias é um termo que designa um conjunto de convicções, crenças, opiniões, interesses e motivos, conjunto que, adotado pelo agente racional humano, individual ou coletivamente, determina seu agir. (MARTINS, 2007, p. 7)

Neste sentido, a integração pode ser entendida como latente enquanto processo, independente da instrumentalização da cultura pelos Estados e possibilitadora de descolonizações quando tratadas desde experiências subalternas.

Considerações Finais

Como vimos neste espaço de diálogo, o sistema-mundo moderno se constituiu e instaurou com base no contato com a diferença, utilizada como plano de fundo para as variadas subjugações materiais e epistêmicas, bem como para a formulação de conceitos, nomeações, discursos legitimadores deste sistema.

O tema da integração regional se insere neste contexto quando realizada com vistas a alcançar metas materiais específicas desconectadas dos eixos discursivos que as permeiam. Consideramos essencial pensar a integração latino-americana como "ponto de partida" e não em "ponto de chegada" (DUSSEL, 1998), o que significa não integrar para alcançar algo como fim em si mesmo (progresso, desenvolvimento, crescimento econômico, ou qualquer conceito basilar da modernidade) e sim partir da integração como um lugar de enunciação, um processo construído a partir do reconhecimento da diversidade epistemológica da América Latina e não de forma homogeneizadora como o fazem os Estados nacionais internamente.

Também verificamos uma debilidade central em grande parte dos processos de integração latino-americanos vigentes: partir de uma ideia de integralidade da América Latina. E entendemos a dificuldade de sair desse modelo cognitivo, uma vez que a episteme hegemônica busca modelos totais, explicativos e descritivos da realidade. Neste sentido, a provocação aqui apontada caminha na direção de que para pensar a integração latino-americana se faz necessário partir da diferença, da amálgama cultural,

ISBN: 978-85-7205-159-0

epistêmica, social latino-americana, para criar redes de tradução cultural integradas e não integrar a partir das identidades nacionais forjadas pelo Estado-nação como forma de edificar-se como instituição administrativa e detentora do poder interno sobre os sujeitos.

Há que se pensar formas de integração a partir de "lugares" posicionados na "exterioridade", sendo esta "el lugar donde surge la voz que hace visible lo que la Totalidad ocultó." (MIGNOLO, 2001, p. 35).

Consideramos que um dos pontos dificultadores da integração é o epistêmico, imbricado por conta da colonialidade e que permeia nossa região no âmbito simbólico e discursivo. Assim, apontamos que a integração efetiva é possível quando o anseio por transformação levar em conta o eixo epistêmico, por uma integração sociocultural decolonial como possibilitadora da mútua identificação regional desde a diversidade, fortalecendo a materialidade da transformação social de nossos povos.

Referências bibliográficas

CARVALHO, J. J. de. O olhar etnográfico e a voz subalterna. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 7, n. 15, p. 107–147, 2001.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago. Ciências Sociais, violência epistêmica e o problema da "invenção do outro". In: LANDER, Edgardo. (Ed.). **A colonialidade do saber:** eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 80–87.

DUSSEL, Enrique. **Ética de la liberación en la edad de la globalización y de la exclusión.** Ciudad de México: UNAM/lztapalapa, 1998.

DUSSEL, Enrique. Europa, modernidade e eurocentrismo. In: LANDER, Edgardo (Ed.). **A colonialidade do saber:** eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 24–32.

ESCOBAR, Arturo. Mundos y conocimientos de otro modo: el programa de investigación de modernidad/colonialidad latinoamericano. **Tabula Rasa**, Bogotá, n. 1, p. 51–86, 2003.

JAHN, Beate. The power of culture in International Relations. In: GIENOW-HECHT, Jessica C. E.; SCHUMACHER, Frank (Ed.). **Culture and international history**. New York: Berghahn Press, 2003. p. 27–41.

LANDER, Edgardo. Ciências sociais: saberes coloniais e eurocêntricos. In: _____ (Ed.). **A colonialidade do saber:** eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 8–23.

LOOMBA, Ania. **Colonialism/postcolonialism**. London; New York: Routledge, 1998.

ISBN: 978-85-7205-159-0

MARTINS, Estevão C. de Rezende. **Cultura e poder**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

MIGNOLO, Walter (Ed.). **Capitalismo y geopolítica del conocimiento:** el eurocentrismo y la filosofía de la liberación en el debate intelectual contemporáneo. Buenos Aires: Ediciones del Signo, 2001.

MIGNOLO, Walter. **Histórias locais/projetos globais:** colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.

MIGNOLO, Walter. **The darker side of western modernity:** global futures, decolonial options**.** Durham: Duke University Press, 2011.

PORTO-GONÇALVES, C. W.; QUENTAL, P. de A. Colonialidade do poder e os desafios da integração regional na América Latina. **Polis**, Santiago, v. 31, p. 295-332, 2012.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, cultura y conocimiento en América Latina. In: MIGNOLO, W. (Ed.). **Capitalismo y geopolítica del conocimiento:** el eurocentrismo y la filosofía de la liberación en el debate intelectual contemporáneo. Buenos Aires: Ediciones del Signo, 2001. p. 117–131.

SANTOS, Boaventura de Sousa Santos. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**. São Paulo: Boitempo, 2007.

SEGATO, Rita Laura. Introducción: políticas de la identidad, diferencia y formaciones nacionales de alteridad. In: _____. **La nación y sus otros:** raza, etnicidad y diversidad religiosa en tiempos de políticas de la identidad. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2007. p. 15-36

WALLERSTEIN, Immanuel. The inter-state structure of the modern world system. In: SMITH, S.; BOOTH, K.; ZALEWSKI, M. (Ed.). **International theory:** positivism & beyond. Cambridge: Cambridge University Press, 1996. p. 87–107.

WALSH, Catherine. ¿Son posibles unas ciencias sociales/culturales otras? Reflexiones en torno a las epistemologías decolonial